



Universidade Estadual de Londrina

HENRIQUE MARTINS DOS SANTOS

**A ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA E O MUSEU
HISTÓRICO DE LONDRINA COMO LUGARES DE MEMÓRIA**

LONDRINA

2016

HENRIQUE MARTINS DOS SANTOS

***A ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA E O MUSEU HISTÓRICO DE
LONDRINA COMO LUGARES DE MEMÓRIA.***

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História da
Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Orientador: Prof. Dr. Márcio Santos de
Santana

Londrina
2016

HENRIQUE MARTINS DOS SANTOS

***A ANTIGA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA E O MUSEU HISTÓRICO DE
LONDRINA COMO LUGARES DE MEMÓRIA.***

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de História da
Universidade Estadual de Londrina (UEL).

COMISSÃO EXAMINADORA:

Prof. Dr. Márcio Santos de Santana - Orientador
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a. Dr^a Angelita Marques Visalli
Universidade Estadual de Londrina

Prof^a. Dr^a. Regina Célio Alegro
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, _____ de _____ de _____.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Márcio Santos de Santana, que me auxiliou muito no processo de desenvolvimento deste trabalho.

Agradeço a minha família, em especial aos meus pais, Valto e Cleusa que desde o princípio me incentivaram a continuar estudando e persistindo nos meus sonhos. E também agradeço ao meu irmão Vitor, que muitas vezes ficou comigo até tarde discutindo os textos e me dando várias dicas preciosas.

Agradeço aos meus professores, funcionários e colegas de graduação, amigos que fiz durante esta jornada da vida, em especial ao Anderson Fukura, André Marks, Carlos Ferreira, Claudinei Severnini, Maykon Ferreira, Priscilla Perrud, Tabatta Ane e Thaisa Lopes.

Agradeço a meus amigos de Longa data, Hélio Netho, Kathia Salvato, Liliani Silva, Michael Gravena, Rodrigo Imazu e Thiago Sato, por me aguentarem e entenderem todas as vezes que precisei abandona-los para me dedicar a este trabalho.

E a todos que, mesmo não citados aqui, me ajudaram, até nas pequenas coisas.

SANTOS, Henrique Martins. **A Antiga Estação Ferroviária e o Museu Histórico de Londrina como Lugares de Memória.** Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

RESUMO

A colonização exercida pela CTNP, tinha como estratégia a instalação das linhas férreas, que valorizou as terras e proporcionou um crescimento acelerado da cidade de Londrina. Logo após o sucesso do início da colonização, surgiu a necessidade de substituição da primeira estação ferroviária por uma segunda estação, maior, mais imponente e melhor estruturada. Esta que foi de grande importância para a cidade durante um grande período. Com o tempo a estação localizada no centro da cidade passou a provocar transtornos e antes, símbolo de agilidade, para depois, sinônimo de lentidão. Os trilhos foram remanejados e o prédio da estação se tornou a nova acomodação do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. O edifício tem uma importância histórica no passado e no presente que contribui para a preservação de sua memória e de muitas outras.

Palavras-chave: Londrina; Estação Ferroviária; Museu Histórico; Lugar de Memória.

SANTOS, HENRIQUE MARTINS. **A Antiga Estação Ferroviária e o Museu Histórico de Londrina como Lugares de Memória**. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016.

ABSTRACT

The colonization exercised by CTNP, had a strategy of installation of the railways, which valued the land and provided a rapid growth of the city of Londrina. Shortly after the success of the beginning of colonization, it became necessary to replace the first train station for a second season, bigger, more imposing and better structured. This that was of great importance to the city for a long period. Over time the station located in the city center began to cause trouble and before, agility symbol, then, synonymous with sluggishness. The tracks were relocated and the station building became the new accommodation of Londrina Historical Museum Father Carlos Weiss. The building has a historical importance in the past and present that contribute to the preservation of his memory and many others.

Key Words: Londrina; Railway Station; Historical Museum; Places of memory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa da Área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná / Companhia Melhoramentos Norte do Paraná	12
Figura 2 – A primeira Estação Ferroviária de Londrina	16
Figura 3 – Museu Histórico de Londrina Padre Carlos	32
Figura 4 – Locomotiva Baldwin 1910 e seu a tender, carro pagador e carro de passageiros em processo de restauro	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CLCH	Centro de Letras e Ciências Humanas
CMNP	Companhia Melhoramentos Norte do Paraná
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DEMU	Departamento de Museus e Centros Culturais
FNPM	Fundação Nacional Pró-Memória
IBPC	Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MHL	Museu Histórico de Londrina
MHN	Museu Histórico Nacional
PNM	Programa Nacional de Museus
PROFAC	Programa Ferroviário de Ação Cultural
RFFSA	Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima
RVPSC	Rede de Viação Paraná – Santa Catarina
SNM	Sistema Nacional de Museus
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico
UEL	Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. O DESENVOLVIMENTO DO NORTE DO PARANÁ: A COLONIZAÇÃO E O AVANÇO DA FERROVIA	10
1.1 As terras do Norte do Paraná.....	10
1.2 Surgimento de Londrina	13
1.3 O início das atividades ferroviárias de Londrina	16
1.4 A Nova Estação	18
1.5 O ponta final da Estação	19
2. O MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA	22
2.1 A História dos Museus	22
2.2 Os Museus no Brasil	25
2.3 Do porão à Estação Ferroviária	28
2.4 A constituição de um Acervo	32
3. ESTAÇÃO, MUSEU E LUGAR DE MEMÓRIA	37
3.1 Lugares de Memória	37
3.2 A Antiga Estação Ferroviária como Lugar de Memória	40
3.4 O Museu Histórico de Londrina como Lugar de Memória	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	45

INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo principal apresentar os resultados dos estudos da preservação da memória do edifício da Antiga Estação ferroviária de Londrina e da manutenção dessa memória e de muitas outras, a partir da ressignificação do edifício ao se tornar Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss.

Assim, a partir do estudo das funções exercidas pelo edifício durante sua história, tentamos identificá-lo como lugar de memória, termo este criado pelo historiador francês Pierre Nora (1993), que estabelece as bases de seu conceito. Também tentamos identificar os reflexos das funções atribuídas ao prédio durante sua história nas contribuições exercidas atualmente em relação a preservação da memória.

Este TCC está dividido em três capítulos, que são: “O Desenvolvimento do Norte do Paraná: A Colonização e o Avanço da Ferrovia”, “O Museu Histórico de Londrina” e “Estação, Museu e Lugar de Memória”. No primeiro capítulo é apresentado a trajetória histórica para o surgimento da ferrovia e por consequência o surgimento da estação ferroviária. No segundo capítulo é apresentado a trajetória história dos museus em seus primórdios, posteriormente no Brasil e, por fim, a instalação do museu histórico na cidade de Londrina. No terceiro capítulo é apresentado o conceito de lugar de memória de Pierre Nora, aplicando-o para identificar suas particularidades no contexto do prédio da Antiga Estação Ferroviária de Londrina e no atual Museu Histórico de Londrina.

1º CAPÍTULO

O DESENVOLVIMENTO DO NORTE DO PARANÁ: A COLONIZAÇÃO E O AVANÇO DA FERROVIA

Este capítulo procura apresentar um panorama acerca da transformação ocorrida no Norte do Paraná, principalmente em relação a Londrina, objetivando com isso mostrar alguns aspectos históricos tradicionais a respeito da cidade e o papel exercido pela ferrovia em seu desenvolvimento.

1.1 As Terras do norte do Paraná

O processo de desenvolvimento do norte do Paraná está intimamente relacionado a expansão da cafeicultura, que da metade do século XX até a década de 1930, foi o principal produto da economia brasileira, sendo uma produção voltada para a exportação (CHIES; YOKOO, 2012).

As terras do norte do Paraná, popularmente conhecidas como terra roxa¹ (Nitossolo²), foi um dos fatores decisivos na vinda de famílias de outras regiões do país, principalmente mineiros e paulista que tinham a intenção de cultivar o café e expandir seus negócios³. O solo fértil e de ótima qualidade tinha a capacidade de propiciar grande produtividade aos investidores, atraindo-os a região:

Os primeiros núcleos fundados por brasileiros foram Jataizinho, que se originou da Colônia de Jatahy fundada em 1851 e São Jerônimo da Serra. Mas foi com a iniciativa privada de mineiros, paulistas e fluminenses que o povoamento do “norte velho” paranaense ganhou impulso. (BAHIA, 1996, p.9)

Com os investimentos na economia do café, várias outras cidades foram surgindo no norte do Estado, são exemplos: “Siqueira Campos, Tomazina, Wenceslau Braz, Ibaiti, Jacarezinho, Santo Antônio da Platina, Cambará, Bandeirantes, Cornélio Procópio, Barra de Jacaré, entre outras” (BAHIA, 1996, p.9).

A convite do Presidente Arthur Bernardes, em 1924, chegou ao Brasil a missão econômica inglesa conhecida como Missão Montagu, chefiada por Lord

¹ *Terra rossa* era o termo utilizado pelos imigrantes italianos. O significado de *rossa* no italiano é vermelho e equivocadamente os brasileiros interpretaram o termo como roxo.

² Um tipo de solo muito fértil, que é o resultado de anos de decomposição de rochas basálticas originárias de erupções vulcânicas ocorridas a milhões de anos atrás.

³ As plantações de café no oeste paulista se estenderam ao norte do Paraná.

Edwin Samuel Montagu, ex-secretário de finanças do tesouro da Inglaterra. A intensão do governo era atrair investimentos e novos capitais estrangeiros, e o objetivo da Missão Montagu era avaliar e fazer estudos sobre a situação financeira, econômica e comercial do Brasil, pois o país era credor da Inglaterra. O assessor técnico para assuntos de agricultura e florestamento de Montagu era o escocês Simon Joseph Fraser, mais conhecido como Lord Lovat. Ele era diretor do Sudan Cotton Plantation Syndicate e após ficar sabendo da extensa área de mata virgem que o governo do Estado do Paraná disponibilizara para compra, fica muito interessado nas terras para o plantio de algodão, a fim de fornecer o produto a florescente indústria têxtil britânica. Quando volta para Londres, Lord Lovat abre a empresa Paraná Plantation Limited, em seguida envia para o Brasil o londrino Arthur Huger Miller Thomas, que funda em 1925 a Companhia de Terras Norte do Paraná.

A Companhia de Terras Norte do Paraná, subsidiária da Paraná Plantations Syndicate, com sede em Londres, entre 1925 e 1927 adquiriu do governo do estado do Paraná 515.000 alqueires de terras de alto teor de fertilidade.

O mapa (figura 1) representa os locais onde a CTNP e a CMNP colonizaram no norte do Paraná, apresentando também as diversas cidades que foram criadas ao longo do avanço dos empreendimentos.

Os núcleos básicos da colonização foram estabelecidos progressivamente. Distanciados cerca de 100 quilômetros uns dos outros, eram eles respectivamente: Londrina, Maringá, Cianorte e Umuarama. Entre esses núcleos urbanos principais, fundaram-se, de 15 em 15 quilômetros, pequenos patrimônios, ou seja, cidades menores cuja finalidade era servir como centro de abastecimento para a numerosa população rural, pois propiciavam uma distância menor que os grandes núcleos (CHIES; YOKOO, 2012, p. 36).

A aquisição de terras não foi o único investimento da CTNP:

Esta empresa adquiriu, em 1928, a Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná, essencial não só para escoar a produção agrícola, bem como servir de elo de comunicação e meio de transporte dos migrantes e imigrantes que durante as décadas de 1920 a 1950, contribuíram para um crescimento populacional sem precedentes no Paraná. (LEME, 2013 p. 75)

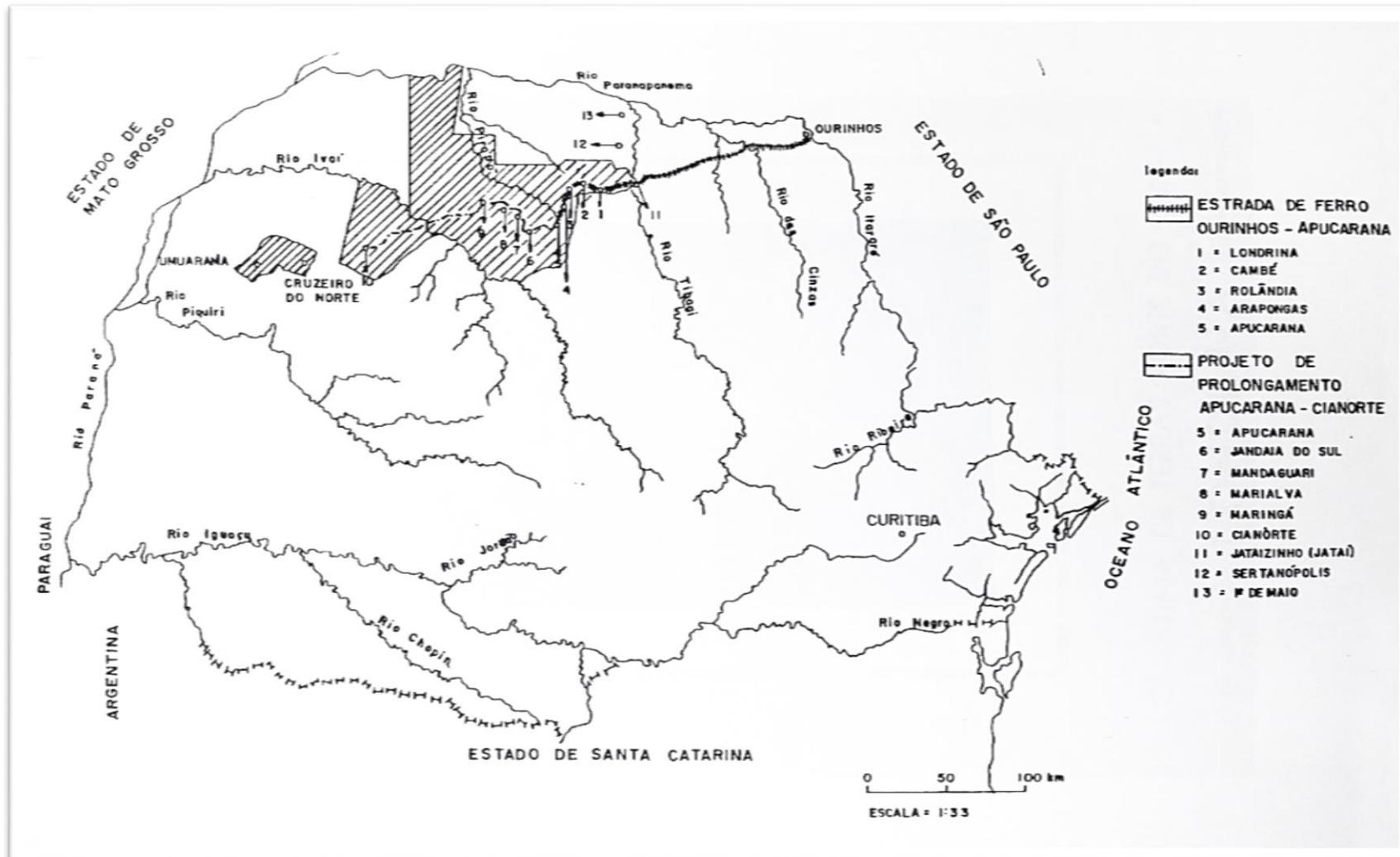


Figura 1: Mapa da Área colonizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná / Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Fonte: Bahia (1996 p.

Como objetivado por Lovat, inicialmente a companhia tinha planos de investir no plantio de algodão, “visava com isso complementar e até mesmo substituir a produção deste produto já existente em colônias da África, mas mudou de planos e transformou a região em um grande projeto imobiliário”. A origem inglesa da CTNP foi mantida até 1944, quando brasileiros compraram todas as ações (FERREIRA, 1996. apud: CHIES; YOKOO, 2012). Em 1951 a Companhia passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP).

A Companhia de Terras Norte do Paraná, uma das principais responsável pela colonização efetuada na região Norte do Paraná, desde o início de suas atividades procurou fazer investimentos sem um retorno imediato do capital empregado, executando obras em benefício coletivo, além das várias iniciativas da companhia, como a criação de um cemitério; financiamento da instalação de um pequeno hospital, que desde cedo passou a ser conhecido como “Hospitalzinho”. Tudo isso melhorava a imagem da companhia e contribuía com a propaganda, chamando a atenção de novos compradores. Com o aumento dos interessados e o crescimento rápido, foram surgindo cidades ao longo do empreendimento, entre elas a cidade de Londrina.

1.2 Surgimento de Londrina

Com o objetivo de um grande empreendimento colonizador, a primeira expedição da CTNP chega as terras além do rio Tibagi. Fizeram parte desta expedição o Sr. George Craig Smith, o Dr. Alexandre Razgulaeff, Erwin Froelich, Alberto Loureiro, Spartaco Bambi, Joaquim Benedito Barbosa e outros. No dia 22 de agosto de 1929 a primeira clareira foi aberta e os primeiros ranchos de palmito foram erguidos, inicialmente a futura cidade era chamada de “Patrimônio Londrina”. Teve um pujante crescimento, graças a contribuição de diversas pessoas de variados cantos do Brasil e do mundo. Em 10 de Dezembro de 1934 o município de Londrina⁴ é instalado, criado pelo interventor Manoel Ribas, tendo como primeiro prefeito o Sr. Joaquim de Castro, e em 27 de janeiro de 1938 se torna Comarca, criada pela Lei Estadual nº 6.213, deixando de pertencer a comarca de Jataí.

⁴ O nome Londrina, que significa “filha de Londres”, foi sugerido por João Sampaio, advogado dos ingleses, na época diretores da CTNP, como forma de homenagear a cidade de Londres, cidade-sede do empreendimento inglês (Paraná Plantation), financiador da colonização na região.

A colonização da região não foi pacífica, livre de conflitos e injustiças, pois viviam na região povos indígenas que, segundo estudos, estiveram no território a mais de 7.000 anos atrás, além dos posseiros, que instalados anteriormente a colonização, nem sempre possuíam os títulos das terras (CHIES; YOKOO, 2012, p. 37). Diante destes elementos percebe-se que, ao contrário do que já se pregou, não existia um total vazio demográfico na região.

Inicialmente a Companhia de Terras Norte do Paraná investiu na colonização e compra de terras oferecidas pelo Governo do Estado que tinham boa fertilidade e eram baratas devido à dificuldade de acesso e a distância de Curitiba. O principal problema era o de acessibilidade, mas os investidores viam um bom negócio, pois sabiam do avanço da cafeicultura para o oeste paulista e não era difícil ligar as novas cidades através da ferrovia até a cidade de Ourinhos que já tinha ligação por trilhos com o porto de Santos, possibilitando a viabilidade e lucratividade dos empreendimentos. “Numa colonização bem planejada, tendo como pontos principais a fertilidade das terras e a garantia de boas vias de acesso, estando aí incluída a construção de uma estrada de ferro” (CERNEV, Jorge. Liberalismo e colonização: o caso do norte do Paraná, p.31 1988. apud BAHIA, 1996, p.12).

[...] uma das formas de se alcançar a “modernidade” ou atingir o “progresso” era naturalmente construir ferrovias, elemento mais simbólico do índice de “civilização” que uma nação poderia demonstrar. (ARRUDA, 1995, p.9. apud OLIVEIRA, 1995, p.8)

No século XIX, para a burguesia, o mundo deveria ser interligado por trilhos e máquinas a vapor, pois estes eram a justificativa das transformações ocorridas por onde passavam, permitindo uma rápida mudança nos lugares em que eram instalados, além de serem considerados um instrumento do “progresso” na época (OLIVEIRA, 1995). Isso permite estabelecer uma ligação com a economia, que no início da colonização do norte do Paraná estava ligada, a princípio, na ocupação e venda de terras e, posteriormente, com os ganhos permitidos pela produção agrícola, que no caso do Paraná era o Café.

A construção da ferrovia estava intimamente ligada a produção de café. Os investimentos realizados nos dois campos se complementavam, uma vez que o crescimento bem-sucedido do plantio do café no oeste paulista e a propagação para o norte do Paraná trouxeram, conseqüentemente, ferrovias para acompanhar

este desenvolvimento.

A ferrovia era um empreendimento caro e necessitava de capital, por isso, encontrava-se na plantação de café e expansão da região as bases motivadoras para o dispêndio de tal investimento, que fora realizado pelos ingleses. “A ferrovia mexia com o imaginário dos homens, ela representava a vitória da civilização, nada daria certo sem ela, seria como viver em uma ilha deserta, longe do glamour das cidades, longe do sucesso capitalista” (BAHIA, 1996, p.17).

O exemplo de São Paulo serviu de inspiração para o norte do Paraná, pois, naquele estado, junto com a instalação de ferrovias vieram os imigrantes, o que torna o caso paulista uma referência positiva, implantada posteriormente no Paraná, que desencadeou um desenvolvimento rápido da região, prova dos bons resultados do empreendimento.

O principal meio de chamar e atrair compradores para as terras foi através da propaganda realizada pela Companhia de Terras Norte do Paraná, destacando os aspectos positivos das terras, principalmente a grande fertilidade do solo, o poder extrativo e a infraestrutura já montada. As vantagens proporcionadas pela Cia na aquisição de terras no Norte do Paraná era uma das propostas feitas, como o pagamento das despesas de vinda. A propaganda exerceu um importante papel para a chegada dos novos moradores destas terras tão pouco desbravadas. O que permitiu a vinda destes trabalhadores e que foi de grande importância para garantir o sucesso da colonização foi a chegada da ferrovia, que como apresentado anteriormente empenhava um grande papel no processo de desenvolvimento.

Com a intenção de levar mais compradores e escoar a produção de forma mais eficaz, permitindo uma valorização de suas terras, a Cia. de Terras Norte do Paraná adquiriu de um grupo de fazendeiros o controle acionário da Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná. Seus trilhos se iniciavam na cidade de Ourinhos⁵, no interior de São Paulo, e tinham seu fim na cidade de Cambará já no norte do estado do Paraná, sendo que com a aquisição a Cia. De Terras estendeu a linha férrea até suas terras.

Após a construção da ponte sobre o rio Tibagi os trens puderam

⁵ A cidade de Ourinhos era ponto estratégico que possuía uma linha férrea ligando a cidade até o porto de Santos.

transportar o rio e chegar a Londrina, além de outras cidades na região. Com isso iniciaram-se as atividades ferroviárias em Londrina.

1.3 O início das atividades ferroviárias de Londrina

Em 28 de Julho de 1935, após a construção da ponte ferroviária sobre o rio Tibagi, o primeiro trem de passageiros inaugura a Estação Ferroviária de Londrina, iniciando as atividades da estrada férrea na cidade. Isso em menos de 1 ano após a fundação do município - 10 de dezembro 1934.



Figura 2: A primeira Estação Ferroviária de Londrina. Autoria: José Juliani, 1935. Fonte: Acervo fotográfico digitalizado do CDPH-UEL.

Como se pode observar na fotografia (figura 2), a primeira Estação era pequena e modesta em comparação a segunda (figura 3), tinha o porte da grande maioria das estações do interior do estado, um prédio simples, e uma plataforma em concreto para embarque e desembarque, e que por sua função, era a principal porta de entrada e também de saída da cidade.

A linha férrea e os trens trouxeram um grande avanço para a cidade, pois permitiam um deslocamento de pessoas e de cargas por longas distâncias em maior quantidade e em menor tempo que os veículos conseguiam pelas estradas, que em sua maioria eram de terra, mudando o conceito de vizinhança e distância. Segundo JUNIOR (1990), a estrada de ferro atraía e trazia compradores para as terras do norte do Paraná, além de dar condição de escoamento dos produtos.

[...] só uma estrada de ferro poderia trazer compradores e seus pertences, e só uma estrada teria condições para dar escoamento aos

produtos das terras, dos quais o principal, como se esperava, seria o café. (JUNIOR, 1990, p.1)

No mesmo contexto, é exposto no Boletim do Museu histórico de Londrina a respeito da estrada de ferro:

Os trilhos atuavam em dois sentidos: a Oeste, milhares de pessoas, ao longo dos anos 30, 40 e 50, desembarcavam em busca de uma vida melhor, com seus pertences, objetos e materiais diversos. No sentido oposto, a Leste, o escoamento da produção cafeeira em direção ao Porto de Santos, motivo maior da instalação da ferrovia e de toda sua estrutura na cidade. (Boletim Museu Histórico de Londrina, 2011. p. 36)

A já referida estrada de ferro recebia o nome de São Paulo-Paraná e ligava Londrina-PR a todas as cidades por onde os trilhos desta linha passava, mas principalmente, permitia o transporte do café para o estado de São Paulo.

A Estrada de Ferro surgiu do interesse de fazendeiros paulistas que já estavam estabelecidos no norte do Paraná e precisavam dessa estrada para garantir uma ligação com a Estrada de ferro Sorocabana conseguindo, desta forma, escoar suas respectivas produções de café. (LEME, 2013)

Em 1944 a estrada de ferro São Paulo-Paraná foi comprada da então dona Paraná Plantations Syndicate pelo governo brasileiro, e incorporada a à Rede Viação Paraná-Santa Catarina.

A ferrovia trouxe avanços para o transporte do café, intensificando a produção agrícola, comercial e industrial (KROETZ, 1985). As estradas não eram de boa qualidade, pois em sua maioria não possuíam asfalto, e a mesma terra que a Companhia de Terras Norte do Paraná anunciava em sua propaganda ser ótima para o plantio, já não era tão boa para a locomoção das pessoas e mercadorias, “quando não era a lama, era a poeira fina e grudenta que infernizava os viajantes” (Autor desconhecido).

Em relação a lama, MATTOS (1987) cita um curioso entretenimento do cotidiano dos comerciantes da rua Benjamim Constant, rua onde se localizava a estação ferroviária:

Era a rua de despejar pessoas esperançosas em busca de trabalho e riqueza. Chamava-se “Rua do Comércio”. Então seus comerciantes se divertiam observando os forasteiros chegarem, descerem do trem e se espatifarem no lamaçal que a constituía. (MATTOS, 1987, p.23)

Com o rápido crescimento da cidade o uso da estação se tornou mais

frequente e seu porte pequeno já não suportava o volume atendido.

1.4 A nova estação

“Tendo um Crescente aumento de volume de carga e passageiros a estação ferroviária já não atendia as necessidades com certo conforto” (JUNIOR, 1990, p.4). Após a incorporação da Ferrovia São Paulo-Paraná à Rede de Viação Paraná Santa Catarina, aconteceu que por conta da importância econômica do Norte do Paraná, do grande desenvolvimento da cidade e do crescente movimento da estação, o diretor da RVPSC, Coronel Durival de Brito e Silva, decidiu que fosse construída uma nova Estação em Londrina.

A atual estação de Londrina é insuficiente ao movimento de mercadorias e passageiros naquela localidade. Por este motivo e diante do Crescente desenvolvimento daquele próspero município do Norte do Estado, foi organizado o presente projeto e orçamento de uma nova e ampla Estação em alvenaria, com todas as instalações necessárias ao tráfego, tais como agência e dependências e Serviço Comercial, escritórios da Residência da Via Permanente, serão ali instalados. O projeto prevê as melhores acomodações aos serviços da Rede e conforto ao público. (Documento: Orçamento da Estação de Londrina de 11 de agosto de 1945. Apud: JUNIOR, 1990, p.4)

No dia 31 de outubro de 1945 a construtora a ganhar a licitação de concorrência realizada para estabelecer quem seria encarregada da execução do projeto da construção da estação foi a construtora curitibana *Firma Irmão Thá Filhos Ltda*, que cumpriu todas as exigências do projeto pela quantia de Cr\$ 1.550.000,00, sendo incluído na proposta a demolição da Estação então existente, ficando com a construtora o material oriundo da demolição.

O contrato foi assinado entre a Rede de Viação Paraná-Santa Catarina e a *Firma Thá e Filhos Ltda*. no dia 13 de dezembro de 1945, tendo a construtora o prazo de 15 dias a contar da assinatura para iniciar as obras e o prazo de 12 meses para concluir todo o processo, após a data de assinatura do contrato (JUNIOR, 1990, p.8).

A organização do projeto ficou sob responsabilidade do engenheiro Raphael Assumpção, com coordenação de projeto de Duriva de Brito e Silva, então atual diretor-gerente da RVPSC, e contou com a participação de técnicos e engenheiros como Laércio Forbeck, Lineu Ferreira do Amaral e o curitibano Euro

Brandão que é a quem é atribuída oficialmente a autoria do projeto⁶. A ideia era construir em Londrina uma imponente Estação, nos padrões vistos nas capitais.

Em 2012 após estudos sobre as diversas estações ferroviárias no interior do país, o arquiteto e design Christian Stegall Conde, em entrevista a um telejornal, destaca a imponência exercida pelo prédio: “Nenhuma cidade, exceto capitais, conseguem uma arquitetura com esta escala, grandiosidade e a estética, por causa do estilo que foi adotado neste projeto (Jornal Tarobá (2012), "Edição da Tarde". Reportagem sobre o projeto Trilhos da História, 14 dezembro, 12:20h).

Aconteceram vários contratemplos durante a construção, um deles foi a necessidade de adaptar os galpões existentes como estação provisória, pois só assim poderia demolir a estação e iniciar os trabalhos.

A construção da estação teve início no ano de 1946, estendendo-se até 1950, sendo inaugurada na data de 19 de julho deste mesmo ano. Por seu espaço mais amplo, se tornou mais adequada para os exercícios de seus serviços e acomodação de seus usuários.

Um prédio icônico no cenário de Londrina e que fez parte da memória coletiva da sociedade local.

1.5 O ponto final da estação

Na década de 70, com seu objetivo já cumprido, a estrada de ferro já tivera exercido sua função, após ter plantado e visto crescer, possibilitando tantas mudanças para a cidade, ela deveria se retirar e deixar sua herança frutificar. A cidade já não era a mesma do início da colonização e mudara muito em pouco tempo. Dalton Fonseca Paranaguá, prefeito de Londrina em 1971, justifica da seguinte maneira a retirada dos trilhos do centro:

Cumprida a sua missão colonizadora, a estrada, mormente no trecho do norte pioneiro até Londrina, não tendo condições geográficas de participar de maneira merecidamente ampla do progresso que gerou, é marginalizada por outros meios de transportes. Isso sem falar nos entraves das interferências com as correntes de tráfego urbano na

⁶ Autoria duvidosa e não comprovada por nenhum documento histórico, como mostra Priscilla Silva Perrud em seu trabalho de conclusão de Curso (SILVA, Priscilla Perrud. De Estação Ferroviária à Museu Histórico de Londrina: A Trajetória do Edifício 1946-1986. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012).

travessia das cidades. A filosofia acertada de ir plantando cidades e espaços regulares precisa se aliar a tentativa de melhor relacionamento com tais filhas suas, hoje crescidas, prósperas e independentes. Uma estrada sabiamente linear agora tem de se compor com redes e sistemas por ela mesma geradas. (Londrina: Prefeitura Municipal. Estudos elaborados para Convênio com a RFFSA 1971. Apud: Olive. OLIVEIRA, 1995, p.23)

Não se podia falar mal do passado da ferrovia, ela ajudara muito, mas não poderia deixar de ser notado o fato de que seu papel já tivera sido cumprido. Com o crescimento da cidade a ferrovia á corta em duas partes, Norte e Sul. Dessa forma já não possuía uma utilidade favorável, pois com estradas asfaltadas o transporte de pessoas pelas rodovias era muito mais rápido e a ferrovia passa a sofrer com as grandes mudanças que ela mesmo ajudara durante muitos anos a trazer.

De transporte mais rápido o trem passou a significar lentidão. O movimento de passageiros na ferrovia foi diminuindo até ser erradicado, definitivamente, em 10 de março de 1981 quando o último trem de passageiros partiu de Londrina. A ferrovia manteve o transporte de cargas que continuou lucrativo. (LEME, 2013)

Como já visto, a ferrovia dividia a cidade em duas partes, sendo a mais desenvolvida a parte sul, que ficava do lado de cima da linha, onde se localizava a saída para quem desembarcava na ferroviária; já a parte norte, abaixo da linha férrea, ficava a população em situação mais precária, um local conhecido por sua pobreza.

A fim de unir estas duas metades da cidade para poder proporcionar um melhor desenvolvimento da região norte da cidade, e também evitar o transtorno provocado pelo trem ao ter que esperar sua passagem, além das mortes ocorrida em decorrência da linha passar no meio de uma cidade, foi proposta a retirada dos trilhos.

A ideia de mudança dos trilhos não agradou a Rede Ferroviária que teria custos para a alteração, e somente aceitou a transferência após a prefeitura assumir os custos totais da obra e negociar de forma bem vantajosa os terrenos onde os trilhos deixariam de passar.

Em 1971 um projeto da variante ferroviária é elaborado, e no começo de 1973 teve início a sua construção na região norte da cidade como indicava o projeto. Com sua conclusão, o último trem de cargas passou pela Estação Ferroviária de Londrina no dia 06 de novembro de 1982.

Junto com a ferrovia ia-se o uso do prédio da Estação, que sem trilhos

perdera sua função inicial e, sem uma função, começara a ser discutidas propostas para uso do espaço, que por fim tornou-se o Museu Histórico de Londrina, processo este trabalhado no capítulo seguinte.

2° CAPÍTULO

O MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA

Este capítulo tem por objetivo apresentar uma pequena introdução a história dos Museus, desde seu princípio rústico com o surgimento dos gabinetes de curiosidade no século XVI até a origem dos Museus como instituição, abordando também a estruturação dos mesmos no Brasil e, posteriormente, um aprofundamento da instalação do Museu Histórico de Londrina.

2.1 A história dos museus

A concepção de museu faz parte de um processo histórico que vem desde a antiguidade clássica com as primeiras práticas do colecionismo. A origem etimológica da palavra museu utilizada nos tempos atuais remonta da Grécia antiga e era o nome dado ao templo das musas.

É de conhecimento corrente que a palavra museu origina-se na Grécia antiga. *Mouseion* denominava o templo das nove musas, ligadas a diferentes ramos das artes e das ciências, filhas de Zeus com Mnemosine, divindade da memória. Esses templos não se destinavam a reunir coleções para a fruição dos homens; eram locais reservados à contemplação e aos estudos científicos, literários e artísticos. A noção contemporânea de museu, embora esteja associada à arte, ciência e memória como na antiguidade, adquiriu novos significados ao longo da história. (JULIÃO, 2006, p.20)

O termo na Grécia antiga se distingui ao da Roma antiga. Em Roma a palavra não fazia referência as musas, designava um espaço voltado para a comunidade.

Em Roma, a palavra *museum* foi usada no sentido restrito para designar o espaço da comunidade local, onde ocorriam discussões filosóficas. Nesses templos, eram depositadas obras de arte e objetos confiscados em guerras de expansão do império. Muitos cidadãos da aristocracia romana passaram, também, a acumular objetos de valor, em suas casas, como símbolo de prestígio e ostentação social. (LEME, 2013)

A ideia de acúmulo de objetos pode ser observada também no período renascentista. Por conta dos resultados da revolução marítima que gerou um crescimento do comércio e o enriquecimento de várias cidades, e também do espírito científico e humanista do Renascimento, por volta do século XV ocorre uma

revolução no olhar do homem e o colecionismo torna-se moda na Europa. A partir do século XIV e, ainda mais, nos séculos XV e XVI surgem as coleções principescas, que eram financiadas por famílias nobres. Estas coleções eram compostas por objetos e obras de arte da antiguidade, tesouros e curiosidades provenientes da América, Ásia e da produção artística da época. Como o foi para a aristocracia romana na antiguidade, essas coleções davam aos colecionadores renascentistas poder e reconhecimento social.

O período renascentista permitiu que cientistas e pesquisadores transformassem as coleções principescas nos chamados gabinetes de curiosidades, muitas vezes chamados de museus, que eram formados por estudiosos que queriam transformar os gabinetes em uma simulação da natureza, reunindo uma grande variedade de objetos, documentos e outras coisas. A ideia dos gabinetes de curiosidades está ligada ao ato de colecionar, no qual um ou mais indivíduos se propõe a reunir objetos que possuam algum tipo de representação do mundo onde vive. Graça as expansões marítimas, muitos materiais e objetos vindos das “novas terras” começaram a fazer parte destas coleções, eram eles: pinturas, moedas, esculturas, animais, seres exóticos, mapas, armas, ferramentas e muitos outros. Nem sempre o que era valorizado era a qualidade, mais do que isso, o que importava era a quantidade de objetos. Estes gabinetes eram um arranjo quase sempre caótico, uma bomba visual e aglutinadora de informações. Acreditava-se que quanto maior a coleção, maior seria a possibilidade de compreender o mundo.

Os gabinetes foram mudando com o tempo e começaram a apresentar outras propostas além daquela do simples saciar da curiosidade.

Com o tempo, tais coleções se especializaram. Passaram a ser organizadas a partir de critérios que obedeciam uma ordem atribuída a natureza, acompanhando os progressos das concepções científicas do século XVII e XVIII. Abandonavam assim a função exclusiva de saciar a mera curiosidade, voltando-se para a pesquisa e ciência pragmática e utilitária. (JULIÃO, 2006, p.20)

Estes gabinetes que gradativamente foram se especializando, se tornando museus, mas como observa JULIÃO (2006) estes museus não eram lugares abertos ao público, eram para uso dos proprietários e das pessoas próximas a eles. Ter um grande acervo gerava um prestígio social. Posteriormente são criados museus com acesso ao público, os chamados museus nacionais, que surgem no final do

século XVIII.

A atual concepção de museu surgiu nas circunstâncias da Revolução Francesa com a criação dos Estados Nacionais, acarretando diversas mudanças na maneira de se estabelecer os museus, não só de amplitude, concepção e de acesso, mas também de transformação deste espaço em um lugar de memória da nação. Os museus passaram a contribuir na formação de uma identidade em comum e de uma consolidação da memória, a fim de legitimar os novos Estados que surgiram. Os bens da Coroa e do Clero foram transferidos para novos usuários, o povo. Os bens móveis foram reunidos em um depósito aberto ao público denominado de museu.

A moderna acepção de museu se consolida no final do século XVIII e início do século XIX, período em que ocorre a criação das instituições museológicas consideradas hoje as mais importantes da Europa: Museu Britânico em Londres (1753), Museu Pio Clementino no Vaticano (1782), Museu de Belvedere em Viena (1783), Museu do Louvre em Paris (1793), Museu Real dos Países Baixos em Amsterdã (1808), Altes Museum em Berlim (1810), Museu do Prado em Madri (1819), Museu Hermitage em Leningrado (1852), Museu Nacional Alemão em Nuremberg (1853), dentre outros (SUANO, 1986, p.29).

Estes museus nasceram com uma função, a saber: formar o cidadão a partir do conhecimento do passado, assim contribuindo para o processo da construção das nacionalidades.

Os principais museus criados nos países europeus e seus modelos conceituais serviram de exemplo, influenciando os diversos outros museus que surgiram pelo mundo, inclusive as colônias e ex-colônias europeias (LEME, 2013, p44).

O século XIX é considerado o período em que mais foram fundados os chamados museus históricos, sendo o século XX considerado o “século dos museus”, segundo LEME (2013). Foi no século passado, principalmente pós Segunda Guerra Mundial que surgiram a maioria dos museus então existentes.

No século XX ocorreram diversas mudanças sociais, como o avanço do conhecimento e a aceleração do tempo, o que ocasionou diversas alterações no âmbito museológico, passando a ocorrer uma fragmentação dos museus e a surgir museus especializados em determinados temas e objetos.

2.2 Os museus no Brasil

As primeiras instituições museológicas surgiram no Brasil no século XIX com a vinda da família real portuguesa. O então monarca de Portugal e do Brasil, D. João VI, que se instalou na cidade do Rio de Janeiro fugido das tropas de Napoleão que invadira Portugal, cria em uma de suas iniciativas culturais o primeiro museu do Brasil, o Museu Real, atual Museu Nacional do Rio de Janeiro, que foi instituído em 1818. Seu acervo inicialmente era constituído por doações feitas pela família real portuguesa. Na segunda metade do século XIX foram criados muitos outros museus, a saber: Museu do Exército (1864), Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), Museu da Marinha (1868), Museu Paranaense (1876), Museu Botânico do Amazonas (1883), Museu do Instituto Histórico Geográfico da Bahia (1894), Museu Paulista (1894).

Os acervos desses museus, ainda que voltados para a história natural, eram considerados enciclopédicos. Porém, já nas primeiras décadas do século XX, seguindo novamente as mudanças na Europa, eles passaram, também, a contemplar um perfil de museus históricos. (LEME, 2013, p.49)

Em 1922 é criado no Rio de Janeiro o Museu Histórico Nacional (MHN), um museu voltado as questões da nação, consagrando à história e à pátria, com o objetivo de formular uma representação da nacionalidade.

Em 1894, em São Paulo, é inaugurado o Museu Paulista com a concepção de um museu de história natural, sendo, a princípio, constituído de uma perspectiva de um museu enciclopédico, mudando esta perspectiva a partir de 1917, quando seu acervo foi modificado e fez com que o Museu Paulista fosse transformado em um museu histórico.

Criado em 1937 o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico (SPHAN) contribuiu muito para o processo de institucionalização de uma política para o patrimônio cultural no país. A criação desta instituição reflete o ideário da formação de uma identidade e de uma cultura nacional, alinhando-se com o objetivo da atualização da produção local com as tendências europeias. Trata-se de construir uma identidade alicerçada em uma cultura genuinamente brasileira, o que representou valorizar o passado e as tradições nacionais, em um esforço de consolidação do antigo com o novo. Para isso não buscava apenas restaurar os testemunhos, mas

fazer uma releitura do passado, explorando uma associação da preservação do patrimônio à construção de uma nacionalidade (SANTOS, 1996. apud. JULIÃO, 2006, p.23). O projeto do SPHAN apresentava uma visão tradicional e permaneceu reservada as classes dominantes da sociedade.

Três grandes exemplos de instituições criadas pelo SPHAN e com caráter nacionalista: o Museu Nacional de Belas Artes, em 1937, na cidade do Rio de Janeiro; o Museu da Inconfidência, em 1938, na cidade de Ouro Preto em Minas Gerais; o Museu Imperial, em 1940, na cidade de Petrópolis no estado do Rio de Janeiro. Instituições que visavam evidenciar a nacionalidade brasileira e dar legitimidade ao Estado Novo, regime político criado por Getúlio Vargas em 10 de setembro de 1937.

Em 1963 foi criada a Associação Brasileira de Museologistas, atual Associação Brasileira de Museologia, que tinha o objetivo de mobilizar os profissionais atuantes nos museus e promover atividades para debates e reflexões a cerca do serviço prestado.

A entrada de Aloísio Magalhães em 1979 na diretoria do SPHAN se destacou por conta da aplicação da noção de patrimônio histórico.

Magalhães implementou a perspectiva de bem cultural, que permitia a inclusão de novos conceitos relacionados à área patrimonial, resultado de uma maior abertura para a participação da sociedade no processo de indicação, seleção e proteção do patrimônio cultural. (LEME, 2013, p.55)

Também em 1979 o Ministério da Educação e Cultura criou a Fundação Nacional Pró-Memória, que tinha o objetivo de desburocratizar e agilizar, permitindo uma melhor chegada dos recursos para as áreas culturais, o que incluía os museus.

A década de 1980 é marcada pelo alargamento da ideia de patrimônio, que tinha o objetivo de englobar os grupos e minorias sociais, até então afastados dos discursos tradicionais. A ampliação da noção de patrimônio permitiu que fosse incorporado o chamado patrimônio imaterial, que admitia a inserção dos saberes do fazer e de expressões populares ao âmbito patrimonial. A diversificação temática dos museus impulsionou o surgimento de inúmeros museu de ciência e tecnologia.

Teve início nesta mesma década as atividades da Coordenadoria Geral dos Acervos Museológicos, junto à Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM). Em 1983 esta Coordenadoria instalou o Programa Nacional de Museus (PNM), objetivando o desenvolvimento de projetos relacionados à revitalização dos museus brasileiros. Em 1986, instituiu-se o primeiro Sistema Nacional de Museus (SNM), que, seguindo as proposições do PNM, procurou articular as ações e projetos da área museológica.

Na década de 1990 houve um processo de renovação conceitual por parte das instituições museológicas influenciado pela política de redemocratização o que permitiu a aplicação das novas concepções no campo da museologia. A musealização se expandiu para fora da instituição física, passando tudo a ser passível de um olhar museológico (LEME, 2013, p.58).

Apesar dos avanços na questão do patrimônio cultural, a política do governo federal não contribuiu para o contínuo avanço e fez com que houvesse um declínio.

No início da década de 1990 foram extintas a Fundação Nacional Pró-Memória e a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. No lugar desses órgãos foi criado o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Os museus e instituições, que anteriormente estavam vinculados aos órgãos extintos, ficaram abandonados e esquecidos, sendo excluídos da estrutura administrativa do IBPC. Algum tempo depois, a desvinculação dessas instituições foi revertida e foram novamente incluídas na estrutura do IBPC. Logo em seguida, foi criado o IPHAN, que incorporou as atividades dos órgãos anteriores, relacionados às políticas de preservação do acervo histórico e artístico brasileiro. (LEME, 2013, p.58)

Mas após a década de 1990 as políticas do governo federal foram propícias ao desenvolvimento da área de museus. Além de investimentos na parte física dos museus, também se investiu na parte técnica, principalmente na capacitação de técnicos e museólogos. Em 2003 o IPHAN cria o Departamento de Museus e Centros Culturais (DEMU), que implantou diversas políticas públicas nos museus de todo país, entre elas o caderno intitulado “Política Nacional de Museus – Memória e Cidadania”, que apresentou um reconhecimento e valorização da diversidade social no campo da memória.

Também em 2003, o DEMU lançou um novo Sistema Brasileiro de Museus, que buscava integrar todos os museus do país para formar uma rede de

conexão e desenvolvimento.

Após 6 anos de trabalho o DEMU foi desativado e sucedido pelo então criado Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), sancionado pela Lei nº 11.906/09, sendo uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, com a finalidade de preservar o patrimônio cultural musealizado e passível de musealização, que tem como função coordenar o PNM.

Como observado os museus são importantes agentes da memória, sendo o objetivo de sua implantação a conservação destas. São uma ponte para as memórias. A abordagem a seguir refere-se à implantação do museu histórico na cidade de Londrina, a partir do contexto histórico citado anteriormente.

2.3 Do porão à estação de ferroviária

A primeira tentativa de constituir um museu na cidade de Londrina foi dos rotarianos, no início da década de 1960, mas foi fracassada, pois as ideias e ações não vingaram. Mesmo assim o sonho da criação do mesmo não se perdera. A segunda tentativa foi bem-sucedida e idealizada pelos alunos do curso de História da antiga Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de Londrina (LEME, 2013. p.126).

José Oliveira (1990), a partir de entrevistas concedidas pelo professor Padre Carlos Weiss, que era um dos principais entusiastas para a criação de um museu na cidade de Londrina, fala de como o referido professor queria estruturar e transformar em realidade a ideia de um Museu em Londrina.

Segundo estas entrevistas se queria criar um Museu regional, que deveria ter um setor que revelasse o desbravamento e a colonização de Londrina, um setor geográfico que referisse a geografia humana da região, além do que uma parte dedicada exclusivamente a expansão cafeeira. (OLIVEIRA, 1990, p.31)

Mesmo antes da instalação oficial do Museu na cidade de Londrina, já se buscava material para seu acervo. Alunos e professores do curso de História e Geografia se juntaram para formar o acervo do futuro museu. A proposta era coletar peças, objetos e documentos relacionados a história da cidade e do norte do Paraná.

Os alunos eram incentivados a buscar doações de peças e documentos em Londrina e em suas cidades de origem, e como forma de incentivo

recebiam notas por este trabalho. A campanha foi bem-sucedida e teve uma boa aceitação por parte da população, que doaram diversos objetos do cotidiano e também relacionados ao labor.

O Museu foi oficializado no dia 18 de setembro de 1970. Em 1972 foram disponibilizadas 3 salas no Porão do Colégio Hugo Simas, onde anteriormente ficava a sede da Faculdade de Filosofia, sendo que 2 salas seriam dedicadas ao museu e 1 sala seria dedicada ao Arquivo Histórico (OIVEIRA, 1990, p.31). Ficou na orientação e comando do Museu o Professor Padre Carlos Weiss, então professor de História da Arte e História Antiga e Medieval, auxiliado por Marina Z. Scalassara, então professora de Introdução aos Estudos Históricos.

Em janeiro de 1974, por disposição estatutária, o Museu passa a ser Órgão Suplementar da Universidade Estadual de Londrina, o que o torna administrativamente vinculado a universidade, mas academicamente vinculado ao departamento de História e ao CLCH (LEME, 2013), continuando como diretor o Professor Padre Carlos Weiss.

Após a morte de Weiss em 1976 a UEL, através do Conselho Universitário (Resolução 498/78), fez uma homenagem ao professor e deu o seu nome ao Museu, então a instituição passa a ser intitulada como Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss, nome este que perdura até os dias atuais.

Ainda em 1978, o Centro de Documentação é separado do museu e se muda para o campus da UEL, assim, na época foi cogitada a construção de uma sede para o museu no campus da universidade, o que não veio a se concretizar.

O espaço do porão do Colégio Hugo Simas já não suportava as necessidades do museu, dessa forma foi proposta a mudança de seu espaço físico.

No Boletim do Museu de 1981, e também observado no Boletim de 1982, o Professor Olympio Luiz Westphalen, diretor do Museu na ocasião, enfatiza a dificuldade que o Museu apresentava no local onde está instalado, mas não por isso deixara de cumprir seu papel:

Nestes mais de dez anos de existência, funcionando em instalações precárias, o Museu tem cumprido os seus objetivos, desenvolvendo trabalhos satisfatórios, com suas exposições permanentes e temporárias, fornecendo informações, principalmente de caráter histórico, a todos que o procuram, tanto da Universidade, como da

comunidade londrinense, e ainda, atendendo a solicitações de colaboração de pessoas e instituições de fora de Londrina. (MHL, Boletim, nº 04, 1981, p36)

O professor também discorre a respeito do importante acervo e do péssimo local onde está guardado:

O Museu já é possuidor de considerável acervo, constituído de objetos, fotografias, pinturas e documentos, principalmente relativos á História de Londrina e da região, constituindo o principal repositório de nossa memória histórica. Todo este acervo está contido em espaço físico limitadíssimo, sem condições de melhor apresentação e de utilização, tornando-se absolutamente necessárias novas e amplas instalações, como as oferecidas pelo prédio da Estação Ferroviária. (MHL, Boletim, nº 04, 1981, p 36)

Desde 1979 a direção do Museu lutava para a transferência para uma nova sede. Foi escolhido o prédio da Estação Ferroviária de Londrina que estava sendo desativado (OLIVEIRA, 1990). A transferência para o prédio da antiga estação era pretendida pela direção do museu e pela universidade, havendo o apoio e formal promessa do prefeito municipal Sr. Antônio Casimiro Belinati para a instalação do mesmo naquele local. Numerosas vezes a comunidade cobrou a instalação do museu no prédio da Estação Ferroviária, que para muitos era feito sob medida para ali ser instalado o Museu da Universidade, que é o Museu da cidade (MHL, Boletim, nº 9, 1981). Era o lugar perfeito, pois além da necessidade de encontrar um novo local para a instalação do museu, vinha de encontro a ideia de preservar o prédio da estação após sua desativação.

A mudança era justificada pela carência de um espaço cultural na cidade e, também, pela necessidade de uma sede ampla que possibilitaria programar e desenvolver todas as suas atividades, alcançando, assim, as suas pretensões, colaborando com os objetivos patrimoniais da Universidade: ensino, pesquisa e extensão⁷ (MHL, Boletim, nº 9, 1981).

Assim iniciou-se as manobras para que esta ideia viesse a dar certo. Com a mudança já concluída do leito ferroviário em maio de 1984, na gestão do prefeito Wilson Moreira, ratificou-se o acordo feito com a prefeitura e foi assinado um Convênio de Cooperação Cultural entre a Prefeitura de Londrina e a Universidade

⁷ Função esta da Universidade, que é representada ainda hoje, caracterizada por sua marca-símbolo, instituída pela Resolução nº 276/75 de 5 de julho de 1975.

Estadual de Londrina (UEL) sob o consentimento da Superintendência Regional da Rede Ferroviária Federal (RFFSA), que transferiu a posse do prédio a prefeitura, para que depois de um processo de restauração e reforma, o prédio fosse entregue para a instalação do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss (OLIVEIRA, 1990, p.32).

Antes da transferência do museu para sua nova e atual sede a prefeitura realizou uma reforma no prédio a fim de adaptá-lo para as novas funções que teria. Professores do departamento de Arquitetura da UEL foram convidados e contratados, pela Prefeitura, para participar desse projeto. (LEME, 2013, p 142)

Em 10 de dezembro de 1986, data de aniversário de 52 anos da cidade de Londrina, foi inaugurada na antiga estação ferroviária a nova sede do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss. Um ano depois, após sua mudança completada, abriu seus serviços e exposição para o público (OLIVEIRA, 1990).

As mudanças, principalmente na estrutura externa, não sofreram alterações drásticas, pois o objetivo era refuncionalizar o prédio para abrigar o museu, sem que as alterações o descaracterizasse.

Ao longo dos anos algumas outras reformas permitiram a modernização do prédio, pois o mesmo fora planejado para abrigar uma estação e precisava de adaptações, principalmente no espaço dedicado a exposição do acervo.

A imagem (figura 3) mostra o citado prédio da antiga estação atualmente, já reformado.

É curioso observar o crescimento da importância do museu para a sociedade londrinense. Ele iniciou suas atividades em 2 salas nos porões de um colégio, para posteriormente ser instalado em um dos prédios mais imponentes e icônicos da cidade. Localizado na região central, testemunha da história, o prédio cumpre sua função enquanto abrigo das memórias.



Figura 3: Museu Histórico de Londrina Padre Carlos. Autoria: Henrique Martins dos Santos, acervo pessoal, 2013.

2.4 A constituição de um acervo

O objetivo deste trabalho não é se aprofundar na discussão do acervo do museu, pois o objeto do estudo é a funcionalização do prédio em prol da preservação da memória, mas é importante fazer alguns apontamentos sobre o acervo do museu, pois é ele que o torna o que é.

O Museu Histórico de Londrina é um dos principais guardiões da cultura material da cidade de Londrina. Como já apresentado anteriormente, o acervo do Museu tem suas origens nas doações da comunidade e é composto também de objetos comprados pela instituição.

Os materiais a serem expostos são escolhidos para reafirmar uma narrativa. “Se os objetos estão em exposição no museu é porque de alguma forma eles possuem um valor de transmissão, são uma herança de valor patrimonial e, portanto, um lugar de memória” (ALVES, 2009, p. 7).

A seleção dos objetos a serem expostos e a forma que são inseridos

e organizados dentro do museu influenciam no olhar do visitante. “A disposição dos objetos em lugares próprios, como os museus, desperta uma curiosidade nas pessoas e as possibilitam reviver um pouco do passado” (ALVES, 2009, p. 2). Através do seu acervo o Museu Histórico de Londrina procura reafirmar uma determinada narrativa produzida pela historiografia, que no presente caso são os mitos fundadores, a CTNP e o chamado pioneirismo.

A importância da CTNP na formação da cidade influencia no processo da criação dela como mito fundador.

[...] é explicada por ela justificar, a partir de seu plano racional de colonização, da fundação das cidades, da implementação e prolongamento da ferrovia e da sua participação no poder político local, como sendo a grande responsável pelas bases que propiciaram o desenvolvimento da cafeicultura e da cidade. (LEME, 2013, p. 90)

Já a figura do pioneiro como mito fundador se deve a importância dada aos colonizadores da região.

[...] está vinculada, primeiramente, à epopeia dos primeiros habitantes da cidade. Esta tradição de vencer a adversidade é apreendida e utilizada como herança pelos cafeicultores, das décadas de 1940 e 1950, muitos deles que somente chegaram à cidade depois da década de 1930. No plano das representações se construiu uma identidade transformando os cafeicultores e empresários da moderna Londrina em herdeiros históricos dos primeiros pioneiros. (LEME, 2013, p. 91).

As narrativas no MHL, principalmente na galeria histórica de longa duração, ainda enfatizam os aspectos dos mitos fundadores. A forma do discurso mudou com o tempo, mas sua narrativa tradicional permaneceu. As exposições de curta duração possibilitam a reformulação deste discurso e permitem que possam ser adicionados personagens excluídos desta narrativa tradicional, mas este local de forma fixa, só surgiu após a revitalização do museu, que criou um espaço para estas exposições, assunto que trataremos mais à frente.

Inicialmente o discurso do MHL era criado a partir dos objetos expostos, que possuíam uma centralidade na exposição. É o chamado museu-memória, que dá uma maior ênfase aos objetos. Modelo este de exposição que se aproxima dos antigos antiquários e gabinetes de curiosidades já citados neste trabalho.

[...] história é apresentada por uma sequência de objetos e palavras do passado que reflete uma temporalidade descontínua e pontual. O

forte simbolismo ou carisma atado às peças remete não a elas próprias, mas a uma realidade maior, da qual os objetos são apenas um fragmento. (SANTOS, 2006, p.2)

De 1996 a 2000 o museu ficou fechado para ser submetido a uma revitalização.

Chamado de *Memória Viva* este projeto articulou diversas atividades para captação de recursos que foram investidos na revitalização do prédio, aquisição de mobiliários novos, expositores, vitrinas, alteração dos espaços internos e contratação de profissionais e assessorias técnicas especializadas. A área externa, do entorno do prédio, foi cercada com grades e revitalizada com a formação de um jardim e construção de um galpão rural. (LEME, 2013, p. 146)

Com apoio técnico de especialistas “teve seu conceito museológico alterado de um museu de história local para museu de sociedade. As mudanças nele operadas proporcionaram uma radical transformação em suas práticas expositivas” (LEME, 2004, p. 179). O museu mudou a sua forma de expor os objetos, eles perderam a centralidade que possuíam, foram reorganizados a partir dos discursos narrativos, e os objetos passaram a exercer um papel ilustrativo ao mesmo, é o chamado “museu-narrativa” onde “o discurso histórico, racional e moderno substitui a história que se apoiava na memória e onde a linguagem das palavras subordina o outro elemento da narrativa museológica, que é o objeto” (SANTOS, 2006, p.20). Isto é, deixou de ser museu-memória e passou a ser museu-narrativa.

Com a revitalização, foi alterada a estrutura das exposições, dentro do prédio elas foram divididas em três galerias: Galeria Histórica de longa duração que contemplaria fatos referentes aos anos até 1975, data da grande geada; Galeria de Exposições Temporárias que contemplaria um espaço para atualizações temáticas e históricas não contempladas na narrativa da exposição de longa duração, galeria esta que por seu conceito de constante mudança, pode reafirmar ou até reavaliar narrativas; Galeria de Objetos que contemplaria os objetos que não estavam sendo exibidos nas outras exposições, mas esta última só funcionou durante os anos de 2000 a 2007, pois em 2006 o almoxarifado da UEL necessitava de mais espaço, peças, artefatos e os arquivos deslizantes que lá estavam tiveram que ser realocados para o museu e foram colocados na Galeria de Objetos, impossibilitando a visita do espaço, tornando o lugar uma espécie de depósito e reserva técnica sem acesso ao público em geral. Junto com estes objetos realocados vieram os documentos (LEME,

2004, p.202-203).

Além da adaptação e revitalização do prédio para permitir a nova estruturação das exposições, o MHL procurou representar a memória ferroviária em seu espaço, com o objetivo de a preservar. Através do *Programa Ferroviário de Ação Cultural* - PROFAC, que tem por finalidade preservar e comunicar o patrimônio histórico ferroviário, em 1998 o MHL e a Rede Ferroviária Federal – RFFSA realizaram um convênio para abrigar os carros ferroviários no museu. Com isso O MHL então solicitou dois carros ferroviários, um de passageiros e outro administrativo, e uma locomotiva. Na parte externa do museu foi construído aproximadamente 43 metros de trilhos ao lado da antiga plataforma de embarque e desembarque. A Figura 4, mostra os dois carros e a locomotiva juntos com um tender de abastecimento, localizados ao lado da plataforma do MHL, onde atualmente estão expostos.



Figura 4: Locomotiva Baldwin 1910 e seu a tender, carro pagador e carro de passageiros em processo de restauro. Fotografia Wilson Vieira, 2014. Fonte: Disponível em: http://www.uel.br/museu/publicacoes/Documenta_4.pdf, p. 63. Acesso em: 06 de janeiro de 2016.

A memória ferroviária está conectada a memória local e ganha espaço

no ambiente do MHL, pois como visto no capítulo anterior existe uma grande importância dos trilhos de ferro no período de formação e crescimento da cidade de Londrina. A instalação dos carros ferroviários da locomotiva e o tender de abastecimento permite que estes objetos estabeleçam um diálogo com o seu entorno. Desde 1986 o museu se situa no prédio onde funcionou a segunda estação ferroviária da cidade, e seus elementos como, o saguão de entrada onde funcionou a bilheteria da estação, o sino exposto na plataforma, a estrutura do prédio, ajudam na relação do diálogo destes objetos e marcam efetivamente a representação da memória ferroviária.

A relação do espaço como lugar de memória enquanto antiga estação ferroviária e posteriormente enquanto museu, trabalharemos no próximo capítulo.

3° CAPÍTULO

ESTAÇÃO, MUSEU E LUGAR DE MEMÓRIA

Este capítulo tem por intenção apresentar o objetivo geral do trabalho. A partir do conceito de lugares de memória de Pierre Nora, analisaremos o espaço do Museu Histórico de Londrina como lugar de memória e não somente isso, mas, também, a dualidade de sua função enquanto memória a ser protegida e protetor de outras memórias.

3.1 Lugares de memória

Lugar de memória é um conceito contido no texto “Entre História e Memória - A problemática dos lugares”, do historiador francês Pierre Nora (1993). É uma expressão criada e utilizada pelo historiador, imediatamente apropriada por outros profissionais do meio e, também, explorada comumente para definir os museus como lugares de memória.

Nora diz que não existe mais memória, hoje ela é revivida e ritualizada em uma tentativa de identificação por parte dos indivíduos, sendo que a sociedade atualmente utiliza a história para atribuir lugares as memórias, locais onde se pode pensar que não somos feitos de esquecimento, mas, de lembranças.

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora. É a desritualização de nosso mundo que faz aparecer a noção. [...] Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. [...] São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacralizações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivela por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos. (NORA, 1993, p.12-13)

A busca pela memória mostra a necessidade de passado. “O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar” (NORA, 1993, p.15). O anseio de identificação do indivíduo contemporâneo apresenta como resposta os lugares de

memória, pois neles ele utiliza da história para suprir sua necessidade de reconstituição de si mesmo, possibilitando um sentido necessário de identidade.

Para Nora, memória e história se opõem uma à outra, possuindo definições bem distintas, longe de serem sinônimas. Por isso é importante entender o significado das duas definições para o autor.

Nora diz que a memória é viva, pois é carregada por grupos vivos, neste sentido está sempre em constante evolução, sujeita à lembrança e ao esquecimento, não tendo consciência de sua mudança constante, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações; é um fenômeno sempre atual e vivido no eterno presente; não se acomoda a detalhes que a confortam; se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções; instala a lembrança no sagrado; se manifesta de um grupo que ela une, o que quer dizer que há tantas memórias quanto grupos existentes; ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada; se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto.

Já a história, para o referido autor, é o oposto, é uma reconstrução problemática e incompleta daquilo que não existe mais, pois separa e seleciona os fatos; é uma representação do passado; demanda uma análise de discurso crítico, pois é uma operação intelectual laicizante; liberta a lembrança do sagrado e a torna sempre prosaica; possui uma identidade universal, pertence a todos e a ninguém, pois é um contrapostos as identidades fragmentadas, cada qual com sua memória específica; se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p.9).

Nora apresenta os lugares de memória como sendo a resposta a necessidade de identificação do indivíduo contemporâneo. Estes lugares são conceituados pelo autor como um misto de história e memória, pois não é possível ter somente memória, é preciso identificar uma origem, um nascimento.

O passado nos é dado como radicalmente outro, ele é esse mundo do qual estamos desligados para sempre. É colocando em evidência toda a extensão que dele nos separa que nossa memória confessa sua verdade, como na operação que, de um golpe, a suprime. (NORA, 1993, p.19)

Nora comenta este hibridismo entre a memória e história.

Os lugares de memória pertencem a dois domínios, que a tornam interessante, mas também complexa: simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração. (NORA, 1993, p.21)

Os lugares de memória são inicialmente, “lugares” nos três sentidos da palavra: material, funcional e simbólico.

É material por seu conteúdo demográfico; funcional por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão; mas simbólica por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993, p.22)

São significados distintos, mas necessariamente simultâneos. Os três aspectos coexistem sempre, podendo ser em níveis diferentes.

Nem tudo pode ser caracterizado como lugar de memória, para isso o documento, o evento, o monumento etc., deve possuir uma "vontade de memória", ou seja, uma intenção memorialista que garanta sua identidade, “O que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca” (NORA, 1993, p.22). Sem essa vontade, todo objeto digno de uma lembrança seria suscetível a ser admitido na categoria. “Na falta dessa intenção de memória os lugares de memória serão lugares de história” (NORA, 1993 p 22).

Os lugares de memória são criados com o intuito de preservar uma memória oficial, são uma construção histórica, não são memórias naturais e nem espontâneas. Na perspectiva de Pierre Nora, os lugares de memória surgem quando a memória se torna resultado de uma organização voluntária, intencional e seletiva. Analisando nestas perspectivas os museus se enquadram neste tipo de organização.

Mas por que os lugares de memória são criados? Porque as pessoas não habitam mais as memórias, “Se habitássemos ainda nossas memórias, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história” (NORA, 1993, p.8). Portanto hoje a nossa memória que só é história, vestígio e trilha, possui a necessidade de se lhe consagrar lugares. “Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas”

(NORA, 1993, p. 14).

Estes lugares são consagrados para que a memória não seja perdida, pois ela não é espontânea e a preservação da mesma não é uma operação natural, tem que ser construída. Os museus, arquivos e bibliotecas surgem com o objetivo de "guardar" uma memória que deixou de ser múltipla, coletiva e vivida, por isso a necessidade de acumular vestígios, testemunhos, documentos, objetos sobre o passado, para serem a prova e o registro daquilo que se foi.

[...] a razão fundamental de ser de um lugar de memória é parar o tempo, é bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial para - o ouro é a única memória do dinheiro - prender o máximo de sentido num mínimo de sinais, é claro, e é isso que os torna apaixonantes: que os lugares de memória só vivem de sua aptidão para a metamorfose, no incessante ressaltar de seus significados e no silvado imprevisível de suas ramificações. (NORA, 1993, p.7)

Na perspectiva de Nora, o interesse e curiosidade nestes lugares onde a memória se ancora ocorre por conta de uma "aceleração da história", uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio.

A consciência da ruptura com o passado se confunde com o sentimento de uma memória esfacelada, mas onde o esfacelamento desperta ainda memória suficiente para que se possa colocar o problema de sua encarnação. O sentimento de continuidade torna-se residual aos locais. Há locais de memória porque não há mais meios de memória. (NORA, 1993, p.7)

Os lugares de memória servem a um propósito, lugares onde a memória social se firma e pode ser apreendida pelos sentidos, tendo ou adquirindo a função de alicerçar memórias coletivas, onde esta se expressa e se revela, fazendo com que esses lugares tenham um papel protetor perante a memória, pois “[...] se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los” (NORA, 1993, p.13).

Os lugares de memória possibilitam que os indivíduos tenham acesso a um processo de identificação e que, assim, o passado seja sempre evocado.

3.2 A antiga estação ferroviária como lugar de memória

A partir do conceito de lugar de memória apresentado por Pierre Nora,

podemos analisar a Antiga Estação Ferroviária de Londrina contextualizada no capítulo anterior.

Como já apresentado, para Pierre Nora, os lugares de memória primeiramente, “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (NORA, 1993, p.21). Deste modo a antiga estação ferroviária de Londrina apresenta estes fundamentos primordiais. É inegável o papel e importância exercida pela estação ferroviária no início da cidade de Londrina. A estação foi amplamente explorada como símbolo do sucesso e prosperidade da cidade, e ela exerce esta função de rememorar as lembranças do passado. Como apresentado no primeiro capítulo, ela possui uma trajetória histórica em sua formação, fazendo parte da memória coletiva da cidade de Londrina, e não é por menos, que ela é lugar de memória, lugar de ancoragem de memórias de um passado que já não existe mais, onde as memórias coletivas se fixam, espaço onde a ritualização de uma memória-história pode reacender as lembranças da mesma, fazendo com que a Antiga Estação possua esta aura simbólica e se torne lugar de memória.

E não somente isso, a antiga Estação Ferroviária de Londrina é lugar de memória propriamente dito, pois existe uma intenção memorialista de preservar a memória da estação ferroviária e da ferrovia no imaginário do londrinense. Desde a sua desativação em 1982 já existia a intenção de manutenção da estrutura e utilização do espaço físico da estação, fato este que contribuiu para a preservação do espaço e da memória do lugar. Dar uma nova identidade ao prédio permite que o espaço seja mantido de modo a refuncionalizar o mesmo, para que tenha uma serventia, não se tornando um espaço “morto”, possibilitando ser conservado, sendo esse um mecanismo utilizado para proteção de patrimônios edificados. Este processo, se bem executado, permite que o lugar ganhe uma nova função sem perder seu caráter histórico.

A antiga Estação Ferroviária de Londrina se tornou o espaço para a instalação do Museu Histórico de Londrina, onde sua antiga sede era nos porões do Colégio Hugo Simas. O poder simbólico da estação foi fundamental para a escolha e acomodação do museu naquele local. A importância do prédio e sua consequente desativação após a mudança do leito ferroviário, possibilitou que o mesmo fosse um

ótimo local para a instalação do museu. Sem esta apropriação, um prédio sem função em uma cidade em constante desenvolvimento poderia ser demolido e as memórias do lugar estariam mortas, pois por não pertencerem mais ao presente, as memórias precisariam de um lugar para se fixarem, lugar este que não existiria mais.

Ao abrigar o Museu Histórico da cidade o prédio ganha uma nova vida, permitindo que as memórias perdidas tenham um espaço para se fixarem e dialogarem com o próprio prédio.

3.3 O museu histórico de Londrina como lugar de memória

O Museu Histórico de Londrina enquanto instituição também é lugar de memória, pois como vimos no capítulo anterior, em sua constituição histórica, foi criado com a intenção de preservar uma memória oficial do povo de Londrina, de modo voluntário, intencional e seletivo.

Os museus possuem uma narrativa, que tem como objetivo fazer com que os indivíduos se reconheçam, se identifiquem com o discurso que o mesmo apresenta e, como já pontuado, o Museu Histórico de Londrina não foge a essa regra. Apesar de ser uma cidade jovem, desde cedo já se possuía ânsia cultural e identitária.

O Museu Histórico de Londrina possui um acervo selecionado de modo a transmitir uma narrativa oficial e é composto de um acervo que o constituem como tal, desta maneira torna-se lugar de memória. Sua importância perante a sociedade londrinense permite a criação de uma identidade a partir do museu, possibilitando ser denominado como lugar de memória.

Portanto o Museu Histórico de Londrina apresenta uma dualidade entre ser lugar de memória e preservar outros lugares de memória, dualidade esta que será analisada a seguir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Atualmente o Museu Histórico de Londrina exerce um papel significativo na preservação do patrimônio e da memória de Londrina. Sua importância não termina por aí, pois é uma grande referência na área de pesquisa e divulgação. Toda esta relevância enaltece ainda mais o papel que o prédio exerce e que já exerceu em sua história.

Na atualidade os museus apresentam características bem distintas de seus primórdios, quando eram apenas coleções, gabinetes de curiosidades, hoje são problematizados e pensados de acordo com um discurso, possuindo objetivos e funções, como realizar pesquisas, adquirir e conservar o acervo e comunicar o conhecimento. Vale dizer, ainda, que a escolha do local de instalação do museu é importante, também, quando se pensa em um museu enquanto discurso, pois o ambiente deve legitimar e contribuir para a sua construção.

É de se notar que tanto a antiga estação ferroviária de Londrina quanto o museu histórico de Londrina exercem uma contribuição importantíssima no papel da preservação dos lugares de memória.

O edifício da antiga estação traz do passado, por meio de seu contexto histórico, uma memória coletiva, enquanto do presente, ele guarda e preserva outras memórias igualmente coletivas através de sua refuncionalização como museu, viabilizando a permanência do mesmo enquanto edifício e possibilitando ser lembrado, e é por isso que o prédio é lugar de memória.

Já o Museu Histórica de Londrina é lugar de memória por ser dotado de uma intenção memorialista, possuindo uma narrativa com o propósito dos indivíduos se reconhecerem perante ela, possibilitando a preservação da memória e ritualização da mesma.

É de se notar o papel exercido em prol um do outro. A refuncionalização da estação em museu permite que o edifício da estação continue presente e concreto na memória dos londrinenses, já o museu, que é instalado neste prédio, permite acesso a outras memórias como o acervo e os documentos que o mesmo resguarda.

A antiga estação ferroviária de Londrina não se tornou mero depósito

de outras Memórias. A importância histórica do prédio onde foi instalado o Museu Histórico de Londrina, sobrepõe este fato, pois ele é testemunha do passado, faz parte destas memórias. De uma estação, espaço de inícios e fins, idas e vindas, transforma-se em um museu, ambiente de compromisso com a memória. É por conta deste espaço em quanto estação, que tantas memórias foram criadas no passado, e enquanto museu, lembradas no presente. Ele é uma ligação do presente com o passado, como em uma estação, ele é o ponto de muitas partidas, mas também de muitas chegadas.

O edifício é um lugar de memória, por isso, também de identidade no qual existem narrativas que prospectam as memórias dos londrinenses. A sua função ultrapassa um mero exercício de reativação da memória, se tornar uma memória processual, dinâmica que educa para a criação de uma identidade local.

O prédio é a inter-relação do passado – antiga estação – com o presente – museu histórico. Por ser uma antiga estação e apresentar uma grande importância no contexto histórico de Londrina, possibilita enquanto museu abrigar e preservar outras memórias; por preservar memórias, ajuda no processo de ressignificação e preservação do prédio, resguardando um espaço que enraíza também memórias. É um auxílio mútuo que possibilita um abrigo para as memórias, ou seja, é duplamente um lugar de memória.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rafael da Silva, O Museu da Inconfidência: entre a Historiografia e a Museologia, In: **Anais do 3º Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história?**. Ouro Preto: Edufop, 2009.

ARÉVALO, Marcia Conceição da Massena. **Lugares de Memória ou a Prática de Preservar o invisível através do concreto**. Disponível em: <www.anpuh.org/arquivo/download?ID_ARQUIVO=62>. Acesso em: 17 mar. 2015.

BAHIA, Silvio Luiz. **A contribuição da ferrovia para a colonização do Norte do Paraná**. Trabalho Acadêmico de História, UEL, Londrina, 1996.

CERNEV, Jorge. **Liberalismo e colonização: o caso do norte do Paraná** (1988), p.31. apud BAHIA, 1996, p.12.

CHIES, Cláudia; YOKOO, Sandra Carbonera. Colonização do norte paranaense: Avanços da cafeicultura e problemas decorrentes deste processo. v.3, n.1, In: **Revista Geomae**, Campo Mourão, 2012, p. 27 – 44.

DIAS, Adriana Fabre. **A reutilização do patrimônio edificado como mecanismo de proteção**: uma proposta para os conjuntos tombados de Florianópolis. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFSC, Florianópolis, 2005.

GOMES, Alexandre Oliveira; OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. **Revista Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v.3, n.2, 2010, p. 42-55.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de diretrizes museológicas**. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

JUNIOR, Argeu Romão. **Estação Ferroviária de Londrina**. Trabalho Acadêmico de História, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 21 de junho de 1990.

KROETZ, Lando Rogério. **As estradas de ferro do Paraná 1880-1940**. Tese (Doutorado em História) – USP, São Paulo, 1985.

LEME, Edson José Holtz. **O Teatro da Memória**: o Museu Histórico de Londrina – 1959-2000.276 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Assis, 2013

MATTOS, Chistina. **Benjamin, A rua que saiu da linha**. Branco e Preto. Londrina, 1987, nº 4.

MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA. **Boletim do Museu Histórico de Londrina Padre Carlos Weiss**, Londrina, n. 01 ao 09, 1980-1984.

MUSEU HISTÓRICO DE LONDRINA. **Boletim do Museu Histórico de Londrina**, Londrina, v.3, n. 5, Londrina, 2011.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Tradução de KOURY, Yara Aun. In: **Projeto História**. São Paulo: 1993. p. 7-28

OLIVEIRA, José Donizetti Brandino de. **A Construção de uma Ideia: Uma Breve História do Museu Padre Carlos Weiss**. Trabalho Acadêmico de História. Londrina, 1990.

PEREIRA, Talita Rezende Torcato; ENDO, Laís Cruz; VALDERRAMA, Berna Valentina Bruit; SCHWANZ, Angelica Kohls. Memória em disputa: O caso do terminal rodoviário Américo Dias Ferraz em Maringá-pr. In: **Anais do VI Mostra Interna de Trabalhos de Iniciação Científica**, Maringa, CESUMAR, 2012

PEREIRA, Túlio Henrique; FLEXOR, Maria Helena Ochi. A memória como sujeito e objeto do conhecimento. A construção social da memória e o processo de ressignificação dos objetos no espaço museológico. In: **Anais do VI ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura**, Salvador, UBFA, 2010

PINTO, Suely Lima de Assis. Museu e arquivo como lugares de memória. **Museologia & Interdisciplinaridade**, vol.1, nº3, Goiás, UFG, 2013.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond, MinC, IPHAN, DEMU, 2006.

SILVA, Daniella Rebouças. Museus: A preservação enquanto instrumento de memória. **Cadernos de Sociomuseologia**, nº16, Lisboa, ULUSOFONA, 1999

SILVA, Priscilla Perrud. **De Estação Ferroviária à Museu Histórico de Londrina: A Trajetória do Edifício 1946-1986**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

SILVA VIEIRA, Edson Luiz da; BERNARDO DE LIMA, Marcos e ALEGRO, Regina Célia (Orgs.). **Museu Histórico de Londrina: restauração do acervo ferroviário exposto na plataforma de embarque**. Londrina: UEL, 2014. 74 p. Londrina Documenta; 4. Disponível em: <http://www.uel.br/museu/publicacoes/Documenta_4.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2016.

SUANO, Marlene. **O que é Museu**. São Paulo: Brasiliense, 1986.